



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.010222/2024-60

Assunto: Revogação do Pregão Eletrônico nº 90097/2024.
Recurso contra decisão da DGER.

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário,

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA¹, com fundamento no art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021, contra a decisão da Diretora-Geral que revogou o Pregão Eletrônico nº 90097/2024², cujo objeto é a *"contratação de serviços contínuos nas categorias de garçom, chaveiro, arrumador, lavador/passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e cozinheiro para o Senado Federal"*.

A revogação, conforme motivos consignados no doc. 00100.186165/2024-17, deu-se de modo incidental no curso do Pregão Eletrônico nº 90097/2024, não havendo, portanto, ao tempo do desfazimento da licitação, decisão do Pregoeiro quanto à classificação ou à habilitação da empresa recorrente, não havendo, portanto, substancial afetação a direito ou à expectativa de direito de qualquer licitante em específico. Não há, portanto, vício decorrente de eventual pessoalização ou individualização decorrente da revogação do certame, porquanto o desfazimento se deu no curso do procedimento, sem que, até o momento, houvesse a materialização concreta de expectativa da DFL de sagrar-se vencedora, já que não foi proferida nenhuma decisão do Pregoeiro concernente à aceitação de sua proposta.

Em seu recurso, a DFL aduz que os motivos externados pela Administração para subsidiar a revogação do certame não seriam pertinentes e relevantes.

¹ Petição de recurso constante do Anexo 1 do doc. 00100.194523/2024-65.

² Conforme despacho constante do doc. 00100.186165/2024-17.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

Ora, compete à Administração do Senado Federal a avaliação meritória da relevância e da pertinência dos impactos técnicos e institucionais decorrentes da publicação da Lei nº 14.973/2024 e da indefinição do cenário relativo à desoneração da folha de pagamento, notadamente no mês de outubro em decorrência da deliberação pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal quanto ao referendo da prorrogação de medida cautelar concedida na ADI nº 7.633/DF (rel. Min. Cristiano Zanin), não se tratando, pois, de uma conclusão teratológica ou manifestamente insubsistente, como quer fazer crer a Recorrente.

Em verdade, a DFL pretende impor seu juízo quanto aos impactos da Lei nº 14.973/2024, desqualificando a presunção de veracidade e legitimidade da apreciação feita pela Administração do Senado Federal.

Nesse sentido, vale destacar recente decisão do Supremo Tribunal Federal, prolatada no RMS nº 32.519/DF, de relatoria do Min. André Mendonça:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. ATO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO: CABIMENTO.

1. Na revogação do procedimento licitatório, tratando-se de ato discricionário, pautado por juízo de conveniência e oportunidade conferido à autoridade administrativa, não há sentido em indagar aos interessados a respeito da existência ou não de interesse público na revogação, justamente por não lhes competir essa avaliação, mas, sim, à Administração.

2. A Administração revogou a licitação por motivo de mérito, recorrendo a uma válida ação alternativa, mais conveniente, com renúncia à anterior, não menos válida. Daí porque não advir repercussão na esfera jurídica dos concorrentes habilitados, que só teriam adquirido direito subjetivo com a aceitação definitiva da proposta e adjudicação do objeto da licitação.

3. Foram explicitados, pela autoridade administrativa, motivos de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, a autorizarem a revogação, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 29 do Decreto nº 5.450, de 2005.

4. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RMS 32519, Relator(a): ANDRÉ MENDONÇA, Segunda Turma, julgado em 08-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14-08-2023 PUBLIC 15-08-2023)





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Em seu voto, registrou o Min. André Mendonça, *in verbis*:

[...] na circunstância de revogação do procedimento licitatório, tal exigência afigura-se, em certa medida, descabida porquanto, **tratando-se de ato discricionário, pautado por juízo de conveniência e oportunidade conferido à autoridade administrativa, não há sentido em indagar aos interessados a respeito da existência ou não de interesse público na revogação, justamente por não lhes competir essa avaliação, mas, sim, à Administração.**

9. Na espécie, a meu sentir, a Administração revogou a licitação por motivo de mérito, recorrendo a uma válida ação alternativa, mais conveniente, com renúncia à anterior, não menos válida. Daí porque compreendo não advir repercussão na esfera jurídica de concorrente habilitado, que só teria adquirido eventual direito subjetivo com a aceitação definitiva da proposta e adjudicação do objeto da licitação. Pelo mesmo motivo, não há que se falar em violação ao princípio da confiança.

10. Nesse passo, não tendo havido direta repercussão jurídica sobre os interessados, a partir da revogação, não há que se falar em observância do contraditório e ampla defesa, tampouco em violação a direito líquido e certo. [grifou-se]

Insiste-se que estão sim presentes os pressupostos estabelecidos no inciso II e no §2º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 para a decisão discricionária (conveniência e oportunidade) da Administração de revogar o certame, qual seja, a existência de motivo *relevante e superveniente*:

a) a publicação da Lei nº 14.973/2024, ocorrida em 16/09/2024, é posterior à data de divulgação do edital (27/08/2024) e, ainda, à data de abertura do certame (12/09/2024);

b) ainda que se diga que a Administração poderia ter revogado a licitação tão logo fosse publicada a Lei nº 14.973/2024, o fato é que ainda pendia de julgamento pelo Plenário Virtual do STF o referendo da prorrogação de medida cautelar concedida na ADI nº 7.633/DF. Tal deliberação somente foi publicada em 11/10/2024;



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

c) com a decisão do STF, restou mantida a suspensão da “*eficácia dos arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 14.784, de 27 de dezembro de 2023, enquanto não sobrevier demonstração do cumprimento do que estabelecido no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (com a oportunidade do necessário diálogo institucional) ou até o ulterior e definitivo julgamento do mérito da presente ação pelo Supremo Tribunal Federal*”. Ou seja, o cenário de incerteza quando à implementação do termo final para a suspensão do novo regime de desoneração de folha de pagamento (e sua sistemática de transição) persiste, porquanto condicionada à efetivação do cumprimento do art. 113 do ADCT ou o julgamento de mérito da ADI nº 7.633/DF. Tais eventos, inclusive, podem ocorrer apenas em 2025.

É evidente que as questões jurídicas e contábeis envolvendo a matéria não são triviais ou de baixa complexidade, de simples resolução matemática como sugere a Recorrente. E o discernimento quanto aos impactos dos fatos supervenientes integra um juízo discricionário da Administração e não dos particulares em si, na esteira do que foi reafirmado pelo STF no julgamento do RMS nº 32.519/DF, anteriormente citado.

A conveniência da revogação deve ser depurada a partir da perspectiva da Administração do Senado Federal, considerando todos os fatores institucionais e políticos incidentes acerca da continuidade de uma licitação cujo objeto apresenta um alto impacto para a Casa.

Dito de outro modo, ainda que a questão pareça simples para a Recorrente, para o Senado Federal não o é, até mesmo por envolver aspectos atinentes à segurança jurídica para os servidores envolvidos no procedimento de seleção do fornecedor, da gestão e fiscalização contratual e na realização de despesas públicas, afora potenciais riscos de responsabilidade solidária da Administração por encargos previdenciários consoante o §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Com fundamento em tais motivos, **MANTENHO a decisão de revogação do Pregão Eletrônico nº 90097/2024**, considerando a demonstração quanto aos requisitos estabelecidos no inciso II e §2º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Ante o exposto, uma vez mantida a decisão de revogação, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 166 da Lei nº 14.133/2021, submeto os autos a Vossa Excelência para o julgamento de mérito do recurso administrativo.

Senado Federal, 05 de novembro de 2024.

(assinado digitalmente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

